

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.245 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2001

Senado aprova projeto para combater a evasão escolar

Acolhido com alterações propostas pela relatora, Emilia Fernandes, o texto determina que as escolas forneçam ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao juiz da Infância e da Juventude a lista de alunos que tiverem número elevado de faltas

Ministro diz que falta de dinheiro provocou contingenciamento



Martus Tavares com o deputado Alberto Goldman: "O problema é que falta dinheiro"

Em depoimento à Comissão Mista de Orçamento, o ministro Martus Tavares atribuiu o contingenciamento de R\$ 7,35 bilhões dos gastos previstos para 2001 à falta de dinheiro. E negou que o governo estivesse descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

PÁGINA 5

Projeto da Câmara dos Deputados, aprovado ontem com alterações pelo Senado, institui um instrumento de combate à evasão escolar. O texto, relatado pela senadora Emilia Fernandes, prevê que as escolas deverão fornecer ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao juiz da Infância e da Juventude a lista de alunos que tiverem mais da metade do número de faltas permitido por lei. Com base nessa informação, os pais poderão ser alertados e, conforme o caso, enquadrados em crime de abandono intelectual, previsto no Código Penal. O projeto volta à Câmara.

Jader apóia a instalação do Conselho de Comunicação Social

O presidente do Senado, Jader Barbalho, manifestou-se ontem a favor da instalação do Conselho de Comunicação Social. Durante a discussão de pedidos de autorização para rádios comunitárias, Jader garantiu ao senador José Eduardo Dutra que manterá entendimentos com a Câmara para que o projeto nesse sentido, já aprovado no Senado, seja votado em breve.

PÁGINA 3

Ex-conselheiro do Vasco acusa diretoria de esconder documentos sobre operações



Geraldo Althoff e Álvaro Dias ouvem o advogado Levi Lafeté (E), conselheiro do Vasco

A afirmação de Hércules Figueiredo Santana ocorreu durante depoimento à CPI do Futebol. Para o presidente da comissão, senador Álvaro Dias, é necessária a elaboração de lei que promova um "choque de moralização" no futebol brasileiro, prevendo inclusive a prisão para os ilícitos mais graves.

PÁGINA 7

CPI do Futebol ouve o ex-jogador Sócrates sobre a Lei do Passe

PÁGINA 2



Renan Calheiros (ao lado do senador Jader Barbalho) teve seu nome escolhido por aclamação

RENAN CALHEIROS É O NOVO LÍDER DO PMDB NO SENADO

PÁGINA 2



Comissão realiza audiências em cinco cidades

PÁGINA 8

Líder do PMDB, Calheiros pede pacificação política

Escolhido para liderar sua bancada, senador defende a retomada da votação das reformas de “segunda geração” e afirma que Legislativo deve debater com prioridade mudanças na área tributária, regulamentação de MPs e combate à violência

Eleito por aclamação novo líder do PMDB, o senador Renan Calheiros (AL) defendeu ontem a pacificação política e a retomada da votação de reformas, especialmente as que apontou como de “segunda geração”. Ele quer incluir entre as prioridades do Legislativo temas como a reforma tributária, a regulamentação das medidas provisórias e o combate à violência urbana.

— O Senado é uma Casa de convergência e precisa voltar à normalidade. Temos de acabar com essa odiosidade, elevar o debate e discutir temas que interessam à população — afirmou Calheiros logo após sua indicação pela bancada, referindo-se ao clima que precedeu a eleição da Mesa.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que também era candidato à liderança, abriu mão da disputa em nome da unidade partidária. “O partido é maior do que qualquer candidatura”, disse Suassuna, que

relatou à bancada ter recebido um apelo do presidente Fernando Henrique Cardoso pela manutenção da unidade do PMDB. Ex-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador colocou-se à disposição do partido, mas assegurou não estar preocupado com um futuro cargo. “Não estou procurando compensação”, afirmou Suassuna.

De acordo com Renan Calheiros, somente depois do carnaval os líderes partidários se reunirão para discutir a divisão, entre eles, das presidências das comissões permanentes do Senado. Ele adiantou, contudo, que o PMDB, como maior bancada, quer ser o primeiro a escolher uma comissão. Caberá à bancada, previu o senador, definir se a indicação recairá sobre a própria CAE, também reivindicada pelo PSDB, ou sobre outra comissão.

Calheiros defendeu a adoção de uma agenda positiva para o país. O primeiro item dessa agenda, em

sua opinião, deve ser a proposta de reforma tributária. “Sem essa reforma, as empresas brasileiras não conseguirão obter competitividade na economia mundial”, observou o senador. Ainda na área econômica, ele defendeu a regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro nacional, e a votação do projeto da nova Lei das Sociedades Anônimas.

Os problemas das grandes cidades também deverão ser incluídos, na opinião do novo líder, na agenda positiva que defende para o país. “Precisamos nos debruçar sobre o caos urbano”, recomendou Calheiros. Ele sugeriu a discussão, pelo Congresso Nacional, do tema da violência e a aprovação do projeto que vai definir os mecanismos para a concessão de serviços de saneamento básico. Por fim, o senador defendeu a regulamentação definitiva da edição de medidas provisórias pelo governo.



Na reunião da bancada, com a participação de Jader, Suassuna retirou sua candidatura a líder e o PMDB elegeu Calheiros por aclamação

Sócrates discute fim do passe em audiência na CPI do Futebol

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol realiza hoje, às 10h, audiência pública para discutir o fim do passe — instrumento que dá aos clubes o direito de propriedade sobre os jogadores de futebol. O ex-jogador Sócrates, o advogado Marcílio Krieger e o representante do Clube dos Treze, João Bosco Luz de Moraes, são os convidados da comissão.

A atual legislação sobre a relação dos jogadores com os clubes de futebol fixou o dia 25 de março como data para a extinção do passe, mas os clubes vêm tentando junto ao governo a revisão do prazo, por meio de medida provisória.

O relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), quer também discutir na audiência outros temas que considera relevantes, como a possibilidade de tornar novamente obrigatória a transformação de todos os clubes de futebol em empresas. “A origem de todas as irregularidades no futebol é essa informalidade, a ausência de compromissos com o fisco e com as leis cambiais e o amadorismo dos dirigentes”, disse Althoff.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho
10h — Recebe o sr. José Gregori, ministro da Justiça
11h — Preside sessão deliberativa ordinária Senado

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDL nº 155/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e de Comunicação Comunitária de Carambei a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carambei (PR); PDL nº 179/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Paranaíba (MG); PDL nº 188/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Comodoro (MT) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Comodoro (MT); PDL nº 207/2000, aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos e Moradores de Brasnorte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasnorte (MT); e Requerimento nº 666/2000, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 222, de 1999, e 186, de 2000, por regularem a mesma matéria.

COMISSÃO

10h — CPI do Futebol
Pauta: Audiência pública sobre a Lei do Passe.
Debatedores: Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, ex-jogador de futebol; Marcílio Krieger, advogado, especialista em Direito Esportivo; e João Bosco Luz de Moraes, representante do Clube dos Treze. Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Sala 2.

Prefeito de Belém faz visita a Jader Barbalho

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu em seu gabinete, ontem à tarde, o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues. Acompanhado pelo deputado federal Paulo Rocha (PT-PA), o prefeito disse que fez uma visita de cortesia a Jader e cumprimentou-o por ser o primeiro político nascido em Belém a chegar à Presidência do Senado. Jarbas Passarinho, que já ocupou o cargo, era senador pelo Pará mas nasceu em Xapuri (AC).

— O fato é motivo de regozijo para nós, independentemente das posições políticas e ideológicas — disse Rodrigues, que foi reeleito para a prefeitura de Belém pela legenda do PT.

Paulo Rocha afirmou que a bancada do PT no Pará tem uma “relação institucional, respeitosa” com Jader, que vem sendo manti-



Rodrigues (E) cumprimentou Jader por ser o primeiro político nascido em Belém a chegar à Presidência do Senado

da apesar das divergências que naturalmente marcam as disputas eleitorais. O deputado conviveu com Jader como militante do extinto MDB.

Segundo o prefeito, Jader prometeu apoio aos pleitos apresentados pelo município, tais como a liberação de recursos do Orça-

mento; a viabilização do Programa Monumenta, para a recuperação do centro histórico de Belém, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos na área de transportes.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miqéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovada regra para garantir maior freqüência escolar

Senado acolhe projeto que obriga instituições de ensino a informarem ao Ministério Público, ao juiz da Vara da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar os nomes dos alunos que tiverem mais da metade do número de faltas permitido por lei



O projeto aprovado pelo Plenário permite que os pais dos alunos faltosos sejam enquadrados criminalmente

Plenário autoriza investigações requeridas por Renan Calheiros

Cinco requerimentos apresentados terça-feira pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) foram aprovados ontem pelo Plenário. Ele pediu a instauração de inquéritos administrativos no Senado e solicitou que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça auditorias e repasse cópias integrais de auditorias já realizadas a partir de denúncias contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e seu grupo político.

Parte dos requerimentos de Calheiros, assim como os que foram apresentados na terça por Antonio Carlos Magalhães, já havia sido deferida *ad referendum* pelo presidente do Senado, Jader Barbalho. An-



Renan Calheiros também solicitou a abertura de inquéritos no Senado

tonio Carlos apresentou 13 requerimentos de informações e chegou a pedir uma CPI mista para investigar as irregularidades da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Calheiros quer o resultado da auditoria feita nas obras do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, em Salvador, em convê-

nio da Infraero com o governo da Bahia, sobre as quais pesam denúncias de desvio de US\$ 58 milhões. Além disso, pediu cópia da auditoria no consórcio OAS-BH, responsável pelas obras inacabadas do porto de Juazeiro (BA), que custou US\$ 38 milhões, repassados pelo então Ministério da Infra-Estrutura ao governo da Bahia, administrado na ocasião

por Antonio Carlos Magalhães.

O senador também pediu ao TCU que realize auditoria no contrato na área do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 190 milhões, que tem como partes a Eletrobrás/Eletronuclear, Furnas Centrais Elétricas S.A. e outras distribuidoras, e envolve a venda da energia da usina Angra II. Segundo Calheiros, os recursos foram pagos como compensação por hipotético prejuízo causado às empresas distribuidoras pelo atraso das obras de Angra II.

Calheiros também solicitou a abertura de inquéritos administrativos para investigar os negócios de Rubens Galeranni com o Senado, assim como os contratos firmados pela Secretaria de Comunicação Social da Casa com a Cooperativa de Trabalhadores em Comunicação no Congresso (Coopercon). Também pediu que o TCU faça auditorias no Senado, com acompanhamento do Ministério Público.

Dois novos cardeais recebem voto de congratulações

O Senado aprovou voto de congratulações aos dois novos cardeais brasileiros: o cardeal-primaz do Brasil e arcebispo de Salvador, dom Geraldo Majella, e o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes. O requerimento foi apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O senador disse que os dois são grandes expressões da Igreja Católica no Brasil, e lembrou que dom Cláudio Hummes destacou-se no período militar pelo

apoio aos sindicatos de trabalhadores que se reorganizavam no final dos anos 70. Alcântara, que conheceu dom Cláudio no período de dois anos em que este foi arcebispo de Fortaleza, afirmou que o religioso "é um humanista de grande espírito libertário".

Sobre dom Geraldo Majella, Lúcio Alcântara disse que ele é "um dos maiores teólogos do Brasil, um homem de grande cultura e, sem dúvida, merecedor do cardinalato".

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que determina que as escolas forneçam, bimestralmente, ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude a lista dos alunos que tiverem mais da metade do número de faltas permitido por lei. Pela proposta, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as escolas também devem informar o nome do pai ou responsável legal do aluno, que poderá ser enquadrado em crime de abandono intelectual, previsto no Código Penal.

O texto aprovado incorpora subemenda da senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS), relatora da proposta na Comissão de Educação (CE), para que a notificação às autoridades seja feita antes de o aluno atingir o limite de faltas definido em lei. A proposta original determinava que a comunicação fosse feita quando as faltas chegassem a 25% do total de aulas, o que significa a reprovação automática do aluno, segundo a LDB.

— Não adianta comunicarmos aos pais que seu filho teve excesso de faltas e que, por isso, está reprovado. Temos que acionar os pais, o Conselho Tutelar e o Ministério Público antes que o percentual seja atingido. Do contrário, o aluno já ficaria desmotivado, sabendo que o seu ano letivo já esta-

va prejudicado — ponderou Emilia, ressaltando que o espírito da proposta não é punir os pais, mas chamar a sua atenção.

Com base em emenda apresentada pelo senador José Jorge (PFL-PE), Emilia incluiu o Ministério Público entre as autoridades que devem receber a lista com o número de faltas dos alunos. Assim, a relatora considera que o projeto possibilita que haja um acompanhamento coletivo dos alunos que faltem à escola injustificadamente. Com as alterações introduzidas no Senado, a matéria volta à Câmara.

— Nos últimos anos, houve um avanço em relação à quantidade de matrículas. Mas a educação que desejamos não é a que apenas abre vagas nas escolas e se contenta com isso. Queremos acesso, matrícula, permanência na escola e um ensino de qualidade, com a garantia de que o aluno está aprendendo — declarou a senadora.

José Jorge disse acreditar que, no momento em que 96% das crianças estão matriculadas, é importante trabalhar pela sua permanência na escola. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou satisfação pela promoção de programas que estimulam a freqüência das crianças à escola, como o de renda mínima. Alertou, porém, que estão surgindo movimentos que defendem a educação em casa, já que o ensino é um direito da família.

Proposta nasceu de experiência desenvolvida em município do ES

Autora do projeto aprovado ontem pelo Senado, a deputada federal Miriam Reid (PSB-RJ) disse que se inspirou em experiência do município de Serra (ES) para apresentar a proposta. Naquela cidade, a juíza Hermínia Maria Silveira Azoury usou dispositivo do Código Penal para tentar reverter o processo de evasão escolar, tão comum no país.

Em 1999, a juíza começou a intimar os responsáveis pelos alunos faltosos para pedir explicações sobre as ausências. A ameaça judicial contra os pais ou responsáveis legais por alunos com mais faltas que o permitido em lei tornou-se, assim, a principal arma da prefeitura de Serra contra a evasão.

Com medo do processo criminal (o artigo 246 do Código Penal prevê pena de quinze dias a um mês de detenção ou multa no caso de abandono intelectual), os responsáveis começaram a zelar pela freqüência dos menores à escola.

A iniciativa foi complementada pelo Programa de Combate à Evasão e Reprovação Escolar, da Secretaria Municipal de Educação. Para os casos em que os estudantes complementavam a renda familiar e sustentavam o lar, foi criado o Fundo de Combate à Evasão Escolar, direcionando cestas básicas às famílias que eram sustentadas pelos filhos. Grande parte dos alimentos do fundo passou a ser arrecadada por meio de penas alternativas de doação de cestas básicas, aplicadas pela própria Justiça.

— Concilia-se, assim, a permanência do estudante na escola. Ao mesmo tempo que o aluno freqüenta a escola, é o responsável pela provisão de alimentos básicos que manterão sua família, construindo uma esperança — afirmou Miriam Reid em defesa do projeto.

Mais quatro emissoras podem ser autorizadas hoje

O Plenário vota hoje quatro decretos legislativos que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias nos estados do Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso. As emissoras são as seguintes: Associação Cultural de Carambé (PR), Associação Be-

neficiente e Cultural do Paranaíba (MG), Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Comodoro (MT) e Associação de Amigos e Moradores de Brasnorte (MT).

Plenário acata indicações para cargos em Malta e na Islândia

Em votação secreta, os senadores aprovaram ontem duas indicações do presidente da República para chefes de missão diplomática: o embaixador do Brasil no Vaticano, Oto Agripino Maia, pas-

sará a acumular o cargo de embaixador em Malta; e o embaixador do Brasil na Noruega, Luiz Antonio Jardim Gagliardi, passará a chefiar também a Embaixada na Islândia.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2001

1 Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2000 (nº 1.910/99, na Casa de origem). Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Pareceres sob nºs 1.078 e 1.296/2000-CE, Relatora: senadora Emilia Fernandes, — 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta; e — 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de subemenda que apresenta. Aprovado o projeto e a subemenda à Emenda nº 2-Plen. Prejudicadas as Emendas nºs 1-CE e 2-Plen. À Câmara dos Deputados.

2 Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2000 (nº 339/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação das Donas de Casa de Matozinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matozinhos, Estado de Minas Gerais. Parecer nº 1.052/2000-CE, Relator: senador Francelino Pereira, favorável. Aprovado. À promulgação.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2000 (nº 357/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Rita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia. Parecer nº 1.010/2000-CE, Relator: senador Djalma Bessa, favorável, com abstenção do Senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2000 (nº 382/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de Arcos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais. Parecer nº 1.058/2000-CE, Relator: senador Francelino Pereira, favorável. Aprovado. À promulgação.

5 Mensagem nº 243, de 2000 (nº 1.809/2000, na origem). Presidente da República. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 243, de 2000 (nº 1.809/2000, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a escolha do senhor Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Santa Sé, exercer a de embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta. Aprovada. Votaram: Sim: 60. Não: 1. Abst: 1. Total: 62. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

6 Mensagem nº 244, de 2000 (nº 1.810/2000, na origem). Presidente da República. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: senador Pedro Piva, sobre a Mensagem nº 244, de 2000 (nº 1.810/2000, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Luiz Antonio Jardim Gagliardi, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer a de embaixador do Brasil junto à República da Islândia. Aprovada. Votaram: Sim: 55. Não: 4. Abst: 1. Total: 60. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Plenário aprova instalação de três rádios comunitárias

Durante a discussão dos projetos, o presidente do Senado se pronuncia em favor da instalação do Conselho de Comunicação Social

A votação de mais três projetos de decreto legislativo que aprovam a instalação de rádios comunitárias provocou ontem, em plenário, mais uma discussão sobre o papel da radiodifusão comunitária no país. O Senado decidiu avaliar os atos do Ministério das Comunicações que autorizam a execução da radiodifusão comunitária pela Associação das Donas de Casa de Matozinhos (MG), pela Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de Arcos (MG) e pela Associação Comunitária Santa Rita, de Santa Rita de Cássia (BA).

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) acredita que as rádios comunitárias representam uma esperança na democratização dos meios de comunicação no Brasil, "hoje submetidos à lógica do grande capital". Para ele, somente um grande número de rádios comunitárias vai poder fazer frente ao poderio das emissoras comerciais.

Relator de dois dos projetos aprovados, Francelino Pereira (PFL-MG) informou que, em conversa com a presidente da Associação das Donas de Casa de Matozinhos, convenceu-se de que a entidade funciona em benefício da população da cidade, tratando-se de uma entidade independente. O mesmo, disse, aconteceu em re-



Dutra diz que o conselho ajudará o Congresso a deliberar sobre matérias na área de comunicação

lação à Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento, de Arcos, no oeste mineiro.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) afirmou que somente a radiodifusão comunitária pode se dedicar aos assuntos locais. Para ele, que relatou o projeto que beneficiou a cidade baiana, as rádios comunitárias já deveriam existir há mais tempo.

CONSELHO

Durante a discussão, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apelou ao presidente do Senado, Jader Barbalho, para que instale o Conselho de Comunicação Social. O órgão, auxiliar do Congresso, foi criado pela Constituição de 1988 e sua composição foi regulamentada em lei de 1991, mas até o mo-

mento não foi instalado. Segundo Dutra, críticas de que a composição do conselho privilegia corporações patronais e de trabalhadores, sem representar toda a sociedade, impediram a instalação.

Após ouvir Dutra, Jader disse estar integralmente solidário à reivindicação do colega e que manterá entendimentos com a Câmara para que projeto de lei que aperfeiçoa a legislação, já aprovado no Senado, seja definitivamente aprovado pela Câmara. Segundo Dutra, uma maneira de forçar a aprovação do projeto seria instalar o conselho na forma prevista na lei para que os setores que criticam a composição atual do órgão trabalhem pela alteração da legislação.

— Se houver vontade política, o Congresso terá a oportunidade de instalar esse conselho que contribuirá para que os parlamentares apreciem essas matérias — argumentou Dutra, referindo-se aos projetos que renovam e outorgam concessões de rádio e TV.

Atualmente, o PT se absteém nas votações desses projetos como forma de pressionar pela instalação do conselho. Dutra afirmou que o partido é favorável às autorizações para instalação de rádios comunitárias, apesar de acreditar que a legislação precisa de aperfeiçoamentos.

Senado aprova voto de pesar pela morte do sindicalista Ferreirinha

Atendendo a requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), apresentado ontem, o Senado decidiu aprovar voto de pesar pela morte do sindicalista José Domingos Cardoso, o Ferreirinha, metalúrgico do Rio de Janeiro. Ferreirinha foi fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de militante da Ação Católica Operária.

— Apresento este requerimento para fazer justiça a esse grande metalúrgico do Rio de Janeiro. A sua morte foi uma grande perda não só para a CUT e o PT, mas para todos os trabalhadores brasileiros — afirmou Cândido.

O senador fez um perfil biográfi-

co do sindicalista, que, nascido em Joinville (SC), foi perseguido durante a ditadura militar. Exilado, voltou ao Brasil em 1979, com a anistia. Cândido informou ainda que Ferreirinha participou da filiação do Sindicato dos Metalúrgicos do RJ à CUT em 1987. Diretor de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, Ferreirinha tinha 60 anos.

Em nome do PSB, o senador Roberto Saturnino (RJ) afirmou que Ferreirinha sempre lutou pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

— Era um socialista de biografia exemplar e ética, de defesa dos direitos dos trabalhadores. O Rio está de luto com a perda desse grande



Segundo Cândido, a morte de Ferreirinha "foi uma perda para todos os trabalhadores brasileiros"

companheiro — disse Saturnino.

José Eduardo Dutra (PT-SE) associou-se às palavras de Cândido e Saturnino. E informou que foi uma satisfação conhecer Ferreirinha, com quem militou no movimento sindical.



Martus Tavares explicou à Comissão de Orçamento que a decisão do governo foi "pautada pela cautela"

Falta de dinheiro provocou o contingenciamento, diz Martus

Falando à Comissão de Orçamento, ministro nega que a decisão do governo contrarie a Lei de Responsabilidade Fiscal

No depoimento que prestou ontem à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o ministro do Planejamento, Martus Tavares, negou as acusações de que, ao decretar o contingenciamento de R\$ 7,35 bilhões do Orçamento de 2001, o governo teria descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e desrespeitado o papel do Congresso na elaboração do Orçamento. "O problema é que falta dinheiro", justificou.

Convidado a esclarecer os parlamentares sobre as razões do contingenciamento, o ministro afirmou inicialmente que atendeu ao convite, mas para explicar algo que não fez. Depois, disse que "condições objetivas impuseram a decisão dos cortes". Conforme Martus Tavares, o Orçamento é executado anualmente, enquan-

to a programação financeira imposta pela LRF é bimestral, o que leva à necessidade de compatibilizar os dois cronogramas. Para fazer a programação financeira, acrescentou, foi necessário promover ajustes nas receitas e nas despesas, com os consequentes cortes estabelecidos no decreto.

Quanto ao fato de o Orçamento de 2001 ter sido sancionado pelo presidente em 5 de janeiro e o decreto ter efetuado o contingenciamento em 6 de fevereiro, antes do bimestre vencido, o ministro alegou que a decisão foi baseada nos dados de arrecadação da Receita Federal e pautada pela cautela. A alternativa seria "deixar o Orçamento livre e depois correr atrás do prejuízo", o que, a seu ver, não é adequado a um gerenciamento responsável da administração pública.

— O ajuste pode ser feito antes, mesmo porque o Orçamento, pela Constituição, é autorizativo — observou, enfatizando que é favorável à instituição de um orçamento impositivo.

Ao defender o caráter positivo do decreto de contingenciamento, Martus Tavares ressaltou ainda que 60% dos gastos previstos são para programas na área social, o que representa cerca de R\$ 5 bilhões a mais, comparativamente às despesas executadas em 2000.

Sobre a quase equivalência entre os valores totais dos cortes e das emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso, apontada pelo vice-líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PPB-PR), o ministro assegurou que ela não passou de mera coincidência.

Parlamentares manifestam insatisfação com cortes

Todos os parlamentares que questionaram o ministro do Planejamento, Martus Tavares, registraram preocupação com o decreto de contingenciamento do Orçamento e manifestaram insatisfação com as explicações prestadas por ele à Comissão de Orçamento.

Essa a razão por que três deputados da oposição — Sérgio Miranda (PCdoB-MG), João Cóser (PT-ES) e Giovanni Queiroz (PDT-PA) — apresentaram ontem mesmo um projeto de decreto legislativo visando suspender a aplicação do decreto que contingenciou o Orçamento de 2001 em R\$ 7,35 bilhões.

Miranda e Cóser sustentaram para o ministro a convicção de que o go-

verno não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que manda o Executivo esperar dois meses para mexer na previsão de receitas e despesas do Orçamento aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República.

Segundo Miranda, o governo não cumpriu o artigo 9º da LRF, que regula o estabelecimento de limites à autorização para gastos contida na lei orçamentária. Pela LRF, esse contingenciamento de despesas só poderá ser feito caso, ao final de um bimestre, se verifique queda na receita que impeça o cumprimento das metas fiscais. Mesmo assim, continuou, os cortes devem obedecer à Lei de Diretrizes Orçamentárias, pela

qual o governo é obrigado a demonstrar a insuficiência de receita.

No decreto de contingenciamento, o governo limitou-se, na opinião de Miranda e Cóser, a fazer uma reavaliação da receita e da despesa, sem apresentar demonstrativo. O deputado Konder Reis (PFL-SC) reiterou a Martus Tavares questionamento feito pelo deputado Almir Sá (PPB-RR) sobre os critérios usados pelo governo para definir as prioridades de gastos orçamentários contidas no decreto. Segundo ele, foram excluídos programas previstos no Plano Plurianual, na LDO e na própria proposta original de lei orçamentária encaminhada pelo governo ao Congresso.

Ministro terá que comparecer à comissão a cada dois meses

A partir de agora, a cada dois meses, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, comparecerá à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso para explicar o comportamento das contas públicas. A determinação consta da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo Congresso no ano passado.

Pela lei, os secretários e ministros encarregados de elaborar e executar o orçamento têm de enviar ao Legislativo, a cada bimestre, um relatório sobre a gestão fiscal e ainda explicar detalhadamente o documento e responder em audiência pública a perguntas de vereadores, deputados e senadores. A

mesma lei manda que prefeitos, governadores e o presidente da República fixem metas fiscais em suas leis orçamentárias, as quais devem ser cumpridas à risca.

A Comissão Mista de Orçamento marcou para o próximo dia 6 uma audiência pública com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto, que falará sobre as fiscalizações do TCU em obras que recebem dinheiro federal. A comissão decidiu não liberar dinheiro para obras sob investigação de irregularidades. Só após comunicado do tribunal de que os problemas foram sanados tais obras voltarão a contar com dotações do Orçamento da União.

CMO vai visitar obras e promover debates sobre gastos da União

Deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento viajarão ao Ceará nos dias 8 e 9 de março para conhecer as obras das barragens do Castanhão e do Tabuleiro de Russas, consideradas as mais importantes do estado por viabilizarem a irrigação de grandes áreas. Será a primeira visita da comissão às grandes obras em execução com dinheiro federal, parte de um programa destinado a discutir e tornar mais visível o Orçamento da União.

Também no começo de março, a comissão iniciará uma série de audiências públicas para discutir assuntos fundamentais dentro dos gastos da União, ao mesmo tempo em que tentará tornar mais compreensível o projeto orçamentário para a população, inclusive com a distribuição de cartilhas. Nas audiências públicas, haverá debates sobre dívida pública, aumento da carga tributária no país, subsídios e incentivos fiscais, entre outros.

A idéia do presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), é executar este programa de debates e visitas nos próximos meses, quando a comissão estará examinando o projeto de revisão do Plano Plurianual, o qual estabelece as prioridades de investimentos federais até o final do ano 2003. O Congresso já aprovou o Plano Plurianual, mas o assunto volta ao debate por conta de modificações que o Executivo fez no projeto.

Segundo Alberto Goldman, as audiências públicas destinam-se a explicar aos parlamentares e à população assuntos que, por falta de informações, são tratados de forma deturpada. Como exemplos, citou a dívida pública da União e o aumento da carga tributária.

— A dívida federal cresceu por vários motivos, entre eles a rolagem das dívidas de estados e municípios. Nesses debates, vamos esmiuçar a dívida pública, para esclarecer à população por que chegamos aos números atuais.

O Orçamento de 2001 prevê que a dívida pública bruta da União, no mercado interno e no exterior, chegará a R\$ 873,6 bilhões em 31 de dezembro. No entanto, descontados os empréstimos a estados, municípios, empresas e pessoas, a dívida líquida federal cai para cerca de R\$ 350 bilhões. O gasto líquido com juros dessa dívida deverá ficar neste ano em R\$ 45,4 bilhões.

Alberto Goldman afirmou ainda que as audiências públicas vão esclarecer a verdadeira carga tributária do Brasil, mencionada constantemente como sendo de 31% do Produto Interno Bruto (PIB).

—Esse percentual é considerado muito elevado, mas é um cálculo bruto, pois inclui as contribuições previdenciárias e o FGTS, que, no final, se transformam em salários indiretos.

Santos quer revogar aumento para os terrenos de marinha

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) informou que encaminhará ao Ministério do Planejamento pedido para que seja anulada a decisão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) de aumentar os valores que servem de base para a cobrança das taxas pagas pelos proprietários de imóveis



Para Ricardo Santos, a elevação das taxas "não se justifica"

localizados em terrenos de marinha, isto é, situados na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas até uma distância de 33 metros para a terra, de acordo com a preamar média da carta náutica de 1831.

— Não se justifica esse ônus adicional enquanto a SPU não se estruturar adequadamente e demonstrar agilidade para processar, em tempo razoável, os milhares de processos de aforamento sob sua responsabilidade — afirmou.

Ele acrescentou que sua preocupação maior é com a Região Metropolitana de Vitória, onde a SPU realizou cadastramento registrando 20 mil novos imóveis considerados como terrenos de marinha, somados aos 13 mil inscritos anteriormente. O senador destacou a fragilidade dos critérios que definem o que seriam terrenos de marinha, já que se baseiam na carta náutica de 1831.

Ricardo Santos também criticou o longo processo a que são submetidos os proprietários de imóveis assim classificados, quando requerem o aforamento das áreas à SPU. "Enquanto a situação não é regularizada", prosseguiu, "eles são obrigados a pagar taxa de ocupação por tempo indeterminado".

Ricardo Santos lembrou que, em outubro de 2000, encaminhou oficialmente ao Ministério do Planejamento um conjunto de sugestões para acelerar o processo de regularização e reduzir o ônus do contribuinte. Entre as propostas, estão a suspensão da cobrança da taxa de ocupação durante o período de análise dos documentos e o financiamento, em pelo menos 36 meses, dos débitos acumulados até a data do deferimento. "Até o momento não obtivemos resposta", disse.

Em aparte, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) colocou-se à disposição de Ricardo Santos para, juntamente com ele, enviar um documento em conjunto ao ministro do Planejamento, Martus Tavares, solicitando o cancelamento do aumento da taxa paga pelos donos de terreno de marinha.

Eduardo enaltece política energética do Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) ressaltou a importância da política energética do Tocantins, onde estão sendo construídas hidrelétricas nos rios Tocantins e Araguaia sem um centavo de recurso público, por meio do leilão dos direitos de construção e exploração da usina,



Eduardo Siqueira Campos: usinas vão gerar empregos e abastecer MA e TO

tendo como contrapartida uma tarifa menor para os empreendimentos do governo.

Segundo Eduardo, no próximo mês de março, serão leiloados os direitos para a construção da Usina de Peixe e, no segundo semestre, da Usina de Serra Quebrada, ambas no rio Tocantins. Em setembro próximo, será inaugurada a Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, a pri-

meira da série que ainda inclui a de Estreito, a de São Salvador e a de Santa Isabel, esta última no Araguaia.

Ele elogiou a política do governo do estado de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos no abastecimento da população, na irrigação e na geração de energia elétrica.

O senador acrescentou que somente a usina de Serra Quebrada, por exemplo, terá capacidade mínima instalada de cerca de 1.400 MW em oito unidades geradoras, beneficiando 14 milhões de pessoas nos estados do Maranhão e do Tocantins. Além de colaborar para integrar as economias dos dois estados, a usina gerará 3.000 empregos temporários, concluiu.

Juvêncio destaca avanços da biotecnologia brasileira

Senador cita experiências bem-sucedidas e lamenta que restrições legais impeçam a aplicação de novas técnicas à agricultura do país

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) registrou ontem os avanços na área de biotecnologia conseguidos por cientistas brasileiros. O sequenciamento do genoma de bactérias, responsáveis por grandes prejuízos na lavoura de laranja, foi citado pelo parlamentar como exemplo do trabalho desses cientistas.

— Avanços ainda maiores estão sendo desenvolvidos em nossas universidades, com plantas que no futuro poderão ser usadas como vacinas contra as mais diversas doenças — anunciou.

Juvêncio afirmou que a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, já está estudando uma variedade de alface que, geneticamente modificada, poderá combater a leishmaniose. Também registrou que a Universidade do Norte Fluminense, no Rio de Janeiro, pesquisa modificações genéticas na alface para ajudar no combate à hepatite B.

Outro projeto destacado pelo parlamentar é o mapeamento genético da cana-de-açúcar, desenvolvido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São



Juvêncio da Fonseca ressaltou o papel da Embrapa e da Universidade Federal de Viçosa

Paulo (Fapesp) em parceria com várias universidades e empresas como a Copersucar.

— Isso sem falar nas pesquisas que estão sendo feitas pela Embrapa, a nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que está desenvolvendo mamão papaia resistente ao vírus da mancha anelar, assim como feijão resistente à praga do mosaico dourado e tantos outros — assinalou.

Na opinião de Juvêncio, o Brasil está preparado para participar da corrida tecnológica mundial, pois vários produtos já alcançaram

qualidade e preços para competir no mercado internacional. Ele elogiou o governo por ter editado, ano passado, a Medida Provisória 2.137, que regulamenta e fortalece as atividades da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) como o órgão federal que ficará à frente da introdução dessa tecnologia no país.

Ele ressaltou os prejuízos econômicos e científicos causados pelas restrições legais à aplicação da biotecnologia na agricultura brasileira. Lembrou ainda que, na semana passada, o Parlamento Europeu aprovou um conjunto de regras para a pesquisa, o plantio e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs). E comentou:

— Movimentos contrários há e sempre haverá, mas é necessário defender o direito à pesquisa, ao debate e às novas formas de agricultura que, com estudo e aplicação correta, trarão, sim, enormes benefícios para nosso país. Estamos desatando o nó do nosso desenvolvimento. A corrida para entrar no clube dos grandes já começou.

Alcântara elogia ação do MCT na descentralização dos recursos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o lançamento, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do programa de descentralização dos incentivos à pesquisa. A idéia é diminuir a desigualdade entre a produção científica das várias regiões do país. O senador informou que 57% das pesquisas no país são realizadas na região Sudeste, onde se concentram 54% dos pesquisadores — cerca de 30 mil profissionais.

Com base no programa, explicou o senador, o ministério inicia o ano de 2001 promovendo uma descentralização radical dos recursos e dos investimentos federais para a área. O órgão dará ênfase a projetos comprometidos com a descentralização, como o Programa de Arranjos Produtivos Locais, o Programa Nacional de Biotecnologia, as ações regionais dos fundos setoriais, as ações do Progra-

ma Sociedade da Informação e os programas regionais de pesquisa e pós-graduação, entre outros.

Há ainda, conforme o senador, a intenção de implantar 80 plataformas tecnológicas nos estados, envolvendo governo e iniciativa privada. Ele acentuou que, com base nessa nova política governamental adotada para o setor, a produção e a investigação científica nacionais vão adquirir, nos próximos dois anos, "impulso jamais verificado".

Entre os vários projetos a serem desenvolvidos pelo ministério a partir deste ano, Alcântara destacou o Programa Nacional de Capacitação Tecnológica da População, em curso no Ceará. O programa é voltado para a implantação de projetos que visam à capacitação, à difusão tecnológica e ao suporte às economias locais.

— A experiência cearense nesse



Alcântara defende a redução das desigualdades regionais no campo científico-tecnológico

domínio tem comprovado o acerto da iniciativa. De tão exitoso, o pioneirismo da experiência no Ceará rendeu ao resto do país a extensão do projeto e será implantado nos 27 estados da União — frisou o senador.

Segundo o senador Lúcio Alcântara, o Programa Nacional de Capacitação Tecnológica terá recursos governamentais de R\$ 675 milhões, e mais R\$ 200 milhões anuais para bolsas de contratação de pessoal.

Direção do Vasco não mostra documentos, diz ex-conselheiro

Hércules Figueiredo Santana afirma à CPI do Futebol que o Conselho Fiscal do clube nunca teve acesso a documentos relativos a venda de jogadores, renda de jogos e aplicações financeiras



Ex-integrante do Conselho Fiscal revela que o órgão jamais examinou o contrato de parceria entre o clube e a empresa Vasco da Gama Licenciamentos S.A.



O ex-conselheiro fiscal do Clube de Regatas Vasco da Gama Hércules Figueiredo Santana disse, em depoimento à CPI do Futebol ontem, que o Conselho Fiscal do clube nunca teve acesso a documentos relativos a venda de jogadores, renda de jogos e aplicações financeiras. Ele afirmou também que o conselho, do qual fez parte entre 1998 e 2000, jamais examinou o contrato de parceria entre o clube e a empresa Vasco da Gama Licenciamentos S.A., que tinha como interveniente o Banco Liberal.

Na reunião da comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades no futebol brasilei-

ro, Santana informou ser ele o representante da minoria no Conselho Fiscal do Vasco da Gama, composto ainda por dois indicados pela direção do clube. Segundo o depoente, por reiteradas vezes os integrantes do conselho pediram a apresentação do contrato para ser analisado. Mas a diretoria administrativa nunca apresentou tal documento, assim como nunca forneceu os extratos bancários das contas correntes do clube, suas aplicações financeiras ou papéis referentes à liberação e aquisição de passes de atletas profissionais de futebol.

Santana, um engenheiro civil de 51 anos que trabalha no metrô do Rio, também afirmou que o conselho jamais avaliou os borderôs dos jogos – que trazem informações sobre a renda e público pagante – ou recibos comprobatórios de pa-

gamento de luvas de atletas. Disse ainda que nunca foram mostrados outros contratos, como o da reforma que ampliou o complexo esportivo de São Januário.

Hércules Santana confirmou ao relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que efetivamente o ex-presidente do Vasco, Antonio Soares Calçada, pagou com um cheque do clube uma dívida judicial de R\$ 37,11 mil. Disse ainda que não conseguiu identificar, no balanço fiscal do clube, o ingresso dos US\$ 8 milhões auferidos com a venda do jogador Edmundo ao clube italiano Fiorentina. Comentou que o jogador foi vendido por US\$ 8 milhões – quando a cotação do dólar era de R\$ 1,15 – e o Vasco o recomprou do mesmo clube por US\$ 15 milhões, com a cotação da moeda norte-americana já em R\$1,70.

Advogado afirma que passe de Bebeto foi pago no exterior

O advogado Levi Lafetá, conselheiro do Clube de Regatas Vasco da Gama, disse, no segundo depoimento prestado à CPI do Futebol ontem, que o pagamento do passe do jogador Bebeto – vendido ao clube espanhol La Coruña – foi feito integralmente na Espanha, contrariando orientação do Banco Central do Brasil. Segundo ele, o ex-presidente do Vasco, Antonio Soares Calçada, mentiu ao dizer ter colocado na contabilidade do clube os 50% do valor do passe de Bebeto pertencentes à agremiação.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) indagou se o empresário José Moraes era o procurador de Bebeto na negociação com o clube espanhol. Lafetá – que é também advogado de Bebeto – respondeu que o empresário não poderia ser o procurador, por ser dono de 20% do passe do jogador. Os 30% restantes, segundo o advogado, pertenciam ao próprio Bebeto. Lafetá levou depoimento de Calçada, prestado na 10ª Vara Cível da Justiça do Rio de Janeiro, no qual ele afirma que todo o dinheiro foi pago no exterior.

– Não tenho conhecimento de que o Vasco da Gama tenha conta no estrangeiro, mas sei que Calçada é muito benquisto em Portugal e tem lá seus investimentos – afirmou, em resposta ao relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Lafetá questionou o va-

lor oficial do passe de Bebeto, de US\$ 1,25 milhão. Segundo ele, o valor real foi de US\$ 2,5 milhões.

O advogado disse que tinha procuração para vender o jogador. Ele afirmou ter delegado poderes a um agente da Federação Internacional das Associações de Futebol (Fifa) que o vendeu ao clube alemão Borussia Dortmund. Mas, de acordo com Lafetá, o então vice-presidente do clube, o atual presidente Eurico Miranda, tomou conta do processo e o afastou da negociação.

Lafetá levou à CPI a gravação de uma conversa telefônica que travou com o advogado José Leopoldo Félix de Souza, que assessorou Eurico Miranda na venda de Bebeto. Na conversa, José Leopoldo afirma que o empresário José Moraes ganhou US\$ 500 mil na negociação, cabendo ainda ao ex-presidente do Flamengo, José Helal, outros US\$ 100 mil. A gravação foi entregue à CPI.

O relator da CPI quis saber ainda quais as pessoas mais envolvidas com a administração de Eurico Miranda no Vasco. Lafetá citou, além de José Leopoldo, o presidente da assembléia geral do clube, João da Silva, e os dirigentes Geraldo Teixeira e João Carlos Ferreira.

– O Eurico Miranda é a vaca louca do Vasco da Gama. Ele não é uma pessoa inteligente: é bem mandado – afirmou o advogado.

Álvaro defende “choque de moralização”

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) recomendou ontem que a CPI do Futebol, da qual é presidente, negocie uma legislação que seja um verdadeiro “choque de moralização”, capaz de fixar multas para infrações menores, perda de mandato para alguns ilícitos e prisão para ilícitos mais graves cometidos nesse esporte. Ao mesmo tempo, ele entende que essa legislação deve retirar da clandestinidade o futebol como atividade econômica.

O senador deseja que a nova legislação não permita que os dirigentes enriqueçam à sombra dos clubes, descompromissados com o cumprimento da lei, sem nenhum risco de responsabilização civil e criminal, graças à impunidade sustentada pelas autoridades do país. Ele disse que essas autoridades não tiveram, até hoje, a competência de elaborar uma legislação capaz de dar cobro a tal irresponsabilidade.

Criada em setembro do ano passado para investigar irregularidades no futebol brasileiro, a CPI deverá contentar-se em oferecer um diagnóstico o mais próximo possível da realidade desse universo, foi o que admitiu seu presidente, após a realização de mais uma reunião da comissão.

– A estrutura administrativa dos clubes é a arquitetura da farsa. Conselho deliberativo é farsa, conselho fiscal é farsa. São instrumentos a serviço da mistificação, oferecendo a necessária cobertura para as atividades ilícitas que implicam crimes contra a ordem tributária nacional, contra o sistema financeiro nacional, proporcionando evasão de di-



Para Álvaro, “a estrutura administrativa dos clubes é a arquitetura da farsa”

visas, sonegação de cobertura cambial, lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito e apropriação indébita – afirmou Álvaro Dias.

Na reunião, foram ouvidos Hércules Santana, ex-conselheiro fiscal do Clube de Regatas Vasco da Gama, e Levi Lafetá, ex-advogado do atleta

Bebeto e ex-conselheiro do Vasco, cujos depoimentos apontaram várias irregularidades cometidas pelo atual deputado federal e presidente daquele clube, Eurico Miranda. Álvaro Dias afirmou que, em função da “arquitetura da farsa”, não se chegará de forma absoluta à realidade do que ocorre no submundo do futebol brasileiro.

Cândido quer ouvir ex-dirigentes vascaínos

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) encaminhou ontem requerimento solicitando que sejam convidados a prestar esclarecimentos à CPI do Futebol alguns integrantes da diretoria do Vasco da Gama durante o triênio 1998/2000. O presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), esclareceu que o requerimento será votado no próximo mês de março.

Em seu requerimento, Cândido propôs os nomes de Antonio Gomes da Costa, ex-diretor do Conse-

lho Deliberativo; Carlos Medeiros Martins, ex-diretor do Conselho Benemérito; Geraldo Teixeira da Silva, ex-diretor do Conselho Fiscal, e Vanderlei G. Doring, contador-geral do clube.

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) estranhou que até hoje não tenham sido devidamente apuradas as circunstâncias em que o então vice-presidente do Vasco da Gama, hoje presidente do clube e deputado Eurico Miranda, sofreu um assalto, em julho de 1997, du-

rante o qual os marginais levaram a renda do jogo realizado momentos antes contra o Flamengo.

Antero classificou o assalto, ironicamente, como “coincidência”, uma vez que ocorreu no mês em que se realizavam as convenções partidárias. Hércules Santana, ex-conselheiro fiscal do Clube, disse que o valor roubado nunca foi repostado. Para ele, isso aconteceu porque a Justiça nada pôde fazer, uma vez que o Conselho Fiscal do clube aceitou a versão de Eurico.

Comissão define calendário de viagens do primeiro semestre

Deputados e senadores realizarão diligências e audiências públicas em São Luís, Campinas, Porto Alegre, Florianópolis e Uberlândia

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas definiu ontem seu calendário de viagens aos estados. Em reunião informal, no gabinete do deputado Mário Negromonte (PSDB-BA), vice-presidente da comissão, ficou estabelecido o novo roteiro a ser seguido no primeiro semestre. O objetivo é realizar diligências e audiências públicas em diversas cidades do país.



O objetivo de Romeu Tuma é chegar aos receptadores



Nos dias 15 e 16 de março, os parlamentares da CPI estarão em São Luís. Nos dias 29 e 30, em Campinas (SP). No mês de abril, no dia 18, a comissão fará uma visita a Porto Alegre. Em 19 e 20 de abril, a cidade visitada será Florianópolis. No início de maio, a comissão fará audiências públicas

em Uberlândia (MG).

Segundo o presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP), até o fim do ano – prazo para o encerramento dos trabalhos –, será alcançado o principal objetivo, que é o de dismantlar as quadrilhas receptoras. Segundo Tuma, essas quadrilhas estão mais organizadas e aparelhadas que a polícia.

Conforme dados divulgados por associações de transportadoras que chegaram à comissão, os prejuízos causados pelo roubo de cargas em rodovias de todo o país chegam a cerca de R\$ 500 milhões por ano.

Valadares propõe suspensão de transgênicos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) quer suspender até 2004 todas as ações que legalizam a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados, também conhecidos como transgênicos. Segundo Valadares, essa seria a melhor forma de proteger a sociedade e o meio ambiente contra possíveis efeitos maléficos de produtos do gênero.

Projeto do senador autoriza apenas as entidades especializadas em pesquisas a cultivar transgênicos, em laboratório ou no campo, desde que recebam o Certificado de Qua-

lidade em Biossegurança e criem a Comissão Interna de Biossegurança.

Em caso de infração à lei, a proposta de Valadares é que seja aplicada multa entre 5 mil e 20 mil Unidades Fiscais de Referência (Ufirs), na primeira ocorrência; cassação do alvará, na segunda ocorrência; e apreensão e destruição dos produtos cultivados, importados ou comercializados.

Na justificativa do projeto, o se-



Valadares só admite o cultivo por entidades de pesquisa

nador observa que há grande reação na Europa contra a importação de transgênicos cultivados em larga escala nos Estados Unidos e no Canadá.

Ele teme que multinacionais como a Monsanto estejam agora querendo impor ao Brasil o plantio dos transgênicos para concorrer com produtos orgânicos que, conforme Valadares, “sustentam milhões de trabalhadores”.

Freire quer reduzir repasses do SUS para setor privado de saúde

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou projeto de lei complementar exigindo que 75% de todos os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam aplicados na rede pública de saúde, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, invertendo a atual situação, em que a maior parte dos hospitais e dos leitos disponíveis para internação hospitalar pertencem ao setor privado de saúde.

Na justificativa de seu projeto, Freire argumenta que a Constituição dispõe que o SUS seja constituído de uma rede regionalizada de ações e serviços de saúde, integrado por órgãos públicos federais, estaduais e municipais. A participação de instituições privadas é admitida, apenas, em caráter complementar. “Mas, ao examinarmos os dados referentes à composição hospitalar do SUS, verificamos que a participação da iniciativa privada é amplamente majoritária”, afirma.

Segundo Freire, trata-se de uma distorção grave que põe em risco o modelo de assistência médico-hospitalar, imaginado pelo legislador constituinte, uma vez que a adesão das instituições privadas ao SUS é circunstancial, motivada sempre por expectativas de lucro. “O projeto visa garantir o redirecionamento dos gastos da União, estados e municípios para a rede pública”, explica.



Roberto Freire sugere que 75% dos recursos sejam destinados à rede pública

Os percentuais relativos à distribuição dos leitos hospitalares do SUS são alarmantes, argumenta Freire. Ao fim de 1997, havia cerca de 500 mil leitos disponíveis para o SUS, dos quais 68,27% pertenciam ao setor privado, 22,58% à rede pública e 9,15% a universidades públicas e privadas. Em 1998, dos 6.350 hospitais do sistema, 64,55% eram particulares, 33,13% públicos e 2,32% pertenciam a universidades.

Além dos recursos constitucionais destinados ao SUS, o projeto abrange as verbas carimbadas previstas na chamada PEC da Saúde, aprovada pelo Congresso este ano. A emenda fixa percentuais das arrecadações da União, estados e municípios que serão, obrigatoriamente, destinadas a ações e serviços públicos de saúde, até o exercício financeiro de 2004.

TV Senado



Acompanhe, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões das comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.

política e muito mais

Jonas chama atenção para lições da crise com Canadá

O episódio, segundo ele, mostra que o Brasil não deve ter pressa para aderir à Alca nem ceder a pressões incompatíveis com o livre mercado

A crise entre Brasil e Canadá, decorrente do embargo à carne bovina brasileira por suspeita de contaminação pela doença da vaca louca, trouxe importantes lições, disse ontem o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Em sua opinião, a primeira delas é que o Brasil não deve ter nenhuma pressa em consolidar sua adesão à Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

A segunda lição, no seu entender, é que o Brasil não pode ceder a pressões de outros países “que não adotem posturas transparentes e compatíveis com a política de livre mercado”. A terceira, finalizou Jonas, é a necessidade de aprender que, mesmo que não tenha o risco da doença da vaca louca, o rebanho brasileiro ainda está sujeito a outras doenças, apesar de não serem tão graves.

Para o senador, é preciso que o governo federal dê prioridade à



Jonas: o país está livre do risco da vaca louca, mas deve ter melhor controle sobre seu rebanho

estruturação e ao fortalecimento do Serviço de Apoio à Produção e Sanidade do Ministério da Agricultura. Segundo ele, as ocorrências de tuberculose, raiva, cisticercose e febre aftosa só acon-

tecem por causa do desleixo de alguns pecuaristas ou pela falta de estrutura dos órgãos públicos.

Em relação ao embargo imposto pelo Canadá, Jonas Pinheiro alinhou-se aos que vêem na medida uma retaliação ligada a interesses da fabricante canadense de aviões, Bombardier. O senador disse que nenhuma entidade séria e isenta tomaria tal decisão sem as evidências que comprovassem os riscos, demonstrados em documentos e investigações.

— Tudo nos leva a crer que foi uma decisão inopinada e até irresponsável, muito própria desses países que se dizem parceiros comerciais, defendem a globalização e os mercados comuns, mas, na luta para ampliar suas vendas, impedem que os produtos de outros países, também competitivos, coloquem em risco a economia deles — afirmou o senador.

Arlindo Porto agradece apoio recebido na disputa para presidente do Senado

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) agradeceu em discurso no plenário o apoio que recebeu dos senadores que acreditaram em sua proposta na eleição para a Presidência da Casa, realizada no último dia 14. Dizendo-se honrado por ter disputado a Presidência, Arlindo Porto destacou que não se colocou contra qualquer candidatura, mas apenas buscou “caminhos que atendessem ao que espera o povo brasileiro”.

— Acredito que desta eleição em diante o Senado estará cada vez mais perto do povo — afirmou.

O senador destacou o apoio do Partido da Frente Liberal (PFL), do Partido Progressista Brasileiro (PPB) e do próprio Partido Trabalhista Brasileiro, ao qual pertence. Tal apoio garantiu a sua candidatura um total de 28 votos, 35% do total dos 81 senadores, com apenas 24 horas de campanha.

— Aproveito para ressaltar como foi democrático, disputadíssimo até o último momento e de alto ní-

vel o processo eleitoral que acabou por escolher o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) para a Presidência — disse o senador.

Para Arlindo Porto, o Senado escolheu seu novo presidente “com o voto da razão, da consciência e da independência, sem submissão a ninguém”. O senador creditou esse mérito à Mesa da Casa, sob o comando do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Acrescentou ainda que o Senado está cada vez mais aberto à vigilância e à fiscalização permanente da imprensa, devido sobretudo aos seus próprios veículos de comunicação — a TV, a rádio e o *Jornal do Senado*, que “escancaram tudo o que acontece nessa Casa diuturnamente”.

O senador lembrou sua carreira política, que se iniciou como prefeito de Patos de Minas (MG), ocupando em seguida os cargos de vice-governador no governo Hélio Garcia, de senador e de ministro da Agricultura do governo Fernan-



Arlindo: “O processo eleitoral foi democrático e disputadíssimo até o último momento”

do Henrique Cardoso. Ele afirmou que, passada a eleição, continuará lutando para que a harmonia e a independência dos poderes sejam uma realidade, que o ambiente propício à governabilidade do país seja mantido e que as vozes discordantes sejam sempre garantidas e respeitadas.

Em aparte, Hugo Napoleão (PFL-PI) disse, como líder e em nome do seu partido, que a candidatura de Arlindo Porto “será um alicerce para um futuro político brilhante”. Destacando o currículo do senador, ressaltou que ele foi escolhido “em uníssono” como candidato do PFL à Presidência da Casa “por sua combatividade e altivez”.

Heloísa Helena lembra “Sermão do Bom Ladrão”, do padre Antônio Vieira

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) anunciou que fará hoje um pronunciamento para lembrar o *Sermão do Bom Ladrão*, do padre Antônio Vieira, em que ele trata do ladrão pobre e do ladrão rico.

A senadora disse que a intenção é mostrar a atualidade do discurso do padre, que fez o sermão em 1655, “principalmente nesse momento em que se discute penitenciária do Carandiru, Congresso e governo federal”.



Heloísa considera a obra de Vieira atual “no momento em que se discute Carandiru, Congresso e governo”

Projeto de Mozarildo modifica a lei de proteção a testemunhas

Projeto de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propõe a instituição do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, financiado com recursos orçamentários do Fundo de Amparo e Proteção às Testemunhas, a ser criado pelo Executivo no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. A matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

Com a proposta, o senador sugere uma série de alterações na lei de proteção às testemunhas, de julho de 1999. Na sua opinião, ela contém brechas que não asseguram “a devida proteção à integridade física das testemunhas de crimes e de seus familiares”.

As medidas de proteção às testemunhas deixariam de ser tomadas por estados e municípios, “esferas do poder público permeáveis à ação do poder político e econômico dos criminosos”, ficando exclusivamente sob responsabilidade federal. Apenas a União poderia realizar convênios e acordos com entidades não-governamentais e com estados e municípios, cuja supervisão e fiscaliza-

ção ficariam a cargo da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

O ingresso e a exclusão de testemunhas no programa, segundo o projeto, passariam a ser decididos pelo Ministério Público, com extensão automática da condição de protegido ao cônjuge ou companheiro e a ascendentes e descendentes, no caso de eles dependerem diretamente do protegido.

Outra mudança sugerida por Mozarildo é a de que o programa passe a incluir testemunhas que tenham sido condenadas, indiciadas ou acusadas sob prisão cautelar, no caso de o testemunho dessas pessoas representar acesso “aos mandantes maiores da cadeia criminal”. Em caso de colaboração, a Justiça poderá conceder o perdão judicial parcial ou a extinção da punibilidade ao acusado.

Diferentemente da lei vigente, o senador prevê ainda, em seu projeto, não apenas a alteração do nome completo da pessoa protegida pelo programa, mas também a possibilidade de a testemunha realizar cirurgia plástica pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para mudança de rosto.



Mozarildo diz que a lei hoje não garante “a devida proteção” às testemunhas e seus familiares

Bancada repudia música com apologia da violência

Emilia Fernandes afirma que o axé "Tapa na Cara" e o funk "Tapinha" podem ser um estímulo à banalização do uso da força contra as mulheres. "É problemático passar a idéia de que um tapa é uma coisa simples", alerta a senadora

"O ideal é incentivar os sentimentos positivos entre as pessoas", afirma a senadora Emilia Fernandes



A bancada feminina do Congresso Nacional e representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) reuniram-se na terça-feira com o secretário de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, embaixador Gilberto Vergne Sabóia, para repudiar músicas que vêm sendo veiculadas na mídia e apologizam a violência contra a mulher.

De acordo com a senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS), o secretário concordou com a crítica apresentada pelas parlamentares e prometeu manifestar-se publicamente sobre o assunto. "Essas músicas acirram a violência contra a mulher. Não queremos reprimir nenhuma manifestação artística, mas apelamos ao bom senso dos compositores para evitar a apologia à violência", disse a senadora.

Na opinião de Emilia, o axé *Tapa na Cara*, do grupo Pagod'art, e o funk *Tapinha*, de Mc Naldinho e Mc Bete, podem ser um estímulo à banalização da violência contra a mulher. Para a senadora, é problemático passar a idéia de que um tapa é uma coisa simples. "Um tapa pode gerar um crime", destacou.

Para a senadora, tanto exposições de violência, como as dessas músicas que prometem ser o *hit* deste carnaval, quanto as demonstrações sadomasoquistas da modelo Suzana Alves, a Tiazinha, são manifestações muito negativas. "É ruim incentivar a rivalidade entre homens e mulheres. O ideal é incentivar os sentimentos positivos entre as pessoas. As músicas deveriam passar o lado positivo da relação amorosa", afirmou.

Emilia Fernandes lembrou que, no passado, era comum as músicas incentivarem a submissão da mulher, como em *Amélia*, de Mário Lago. "Hoje, queremos ver imagens de mulheres determinadas, que comprovem as conquistas e contribuam para a formação de consciência de respeito nas pessoas", afirmou.

Em nota oficial de repúdio às músicas, a presidente do Conselho Nacional de Defesa da Mulher, Solange Bentes Jurema, afirmou que a intenção é sensibilizar a sociedade para a questão da violência contra a mulher, chamando atenção para o duplo insulto moral que tem atingido milhares de cidadãs brasileiras, vitimadas por inúmeros tipos de agressões físicas e simbólicas.



Nabor Júnior defende orçamento impositivo e participativo para o país

Nabor fala na TV Senado sobre cortes no Orçamento

O programa *Entrevista*, da TV Senado, apresenta hoje, às 7h30 e às 20h30, a opinião do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) sobre os cortes no Orçamento da União para o ano 2001.

Para o parlamentar, o contingenciamento decidido pelo governo, no valor de R\$ 7 bilhões, incidiu, principalmente, sobre as emendas de bancada e dos parlamentares, o que pode prejudicar vários municípios. Nabor Júnior defende um orçamento impositivo e participativo para o país.

Às 9h30, o programa *Entrevista* apresenta o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que falará sobre a telefonia brasileira e defenderá a privatização do setor. Também hoje, às 6h30 e às 19h30, o programa *Cidadania* focaliza as relações entre cultura e política na virada do século.

Nesse programa, o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro e o escritor e diplomata Samuel Pinheiro Guimarães apontam os impérios formados ao longo da história, o capitalismo, a tecnologia e a globalização como fatores essenciais para se analisar o século 21.

Já o programa *As Cores do Brasil* apresenta os seguintes especiais: Camboriú, às 3h; Itaipu, às 5h; Ceará, às 6h; e Espírito Santo, às 9h.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Cores do Brasil* — Ceará
6h30 — *Cidadania* — O escritor Samuel Pinheiro Guimarães e o professor de Antropologia da UnB, Gustavo Lins Ribeiro, falam sobre cultura e política na virada do século
7h30 — *Entrevista* — Sen. Nabor Júnior fala sobre os cortes no Orçamento
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Saúde/Unip* — Dependência Química — Parte 2
9h — *As Cores do Brasil* — Espírito Santo
9h30 — *Entrevista* — Sen. Ricardo Santos fala sobre a telefonia brasileira
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI do Futebol
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)
19h30 — *Cidadania* — O escritor Samuel Pinheiro Guimarães e o professor de Antropologia da UnB, Gustavo Lins Ribeiro, falam sobre cultura e política na virada do século

20h30 — *Entrevista* — Sen. Nabor Júnior fala sobre os cortes no Orçamento
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — CPI do Futebol
14h30 — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — CPI do Futebol
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Congresso homenageará mulheres no dia 7 de março

As homenagens às mulheres pelo seu dia internacional, a ser celebrado em 8 de março, serão realizadas no Congresso na véspera da data. Entre as comemorações definidas ontem pela bancada feminina, que reúne parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados, está a realização de uma sessão especial do Congresso no dia 7 de março, às 10h, no plenário do Senado. A intenção é conseguir o apoio para leis de interesse das mulheres.

Às 18h, haverá na Câmara dos Deputados palestra da ministra italiana Laura Balbo, do Ministério de Oportunidades

Iguais da Itália. Ela falará sobre a experiência italiana na promoção da igualdade entre homens e mulheres. No dia 8, as senadoras e deputadas deverão comparecer a eventos em seus estados, e as representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher terão audiência, às 15h, com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O Senado conta com cinco representantes na bancada feminina. São elas: Emilia Fernandes (sem partido-RS), Heloísa Helena (PT-AL), Marina Silva (PT-AC), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Suplicy relata entendimentos para o fim da rebelião em presídio

Senador participou das negociações e, a pedido de parentes de presos, pernitoou no Carandiru de segunda para terça-feira

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem, em plenário, um relatório de sua participação nas negociações para o fim da rebelião dos presos no Carandiru, em São Paulo, onde dormiu de segunda para terça-feira.

O senador foi chamado em casa, por telefone, às 4h40 da madrugada de segunda-feira, por um dos presos, que temia a invasão da tropa de choque da Polícia Militar e um massacre de presos e reféns, entre os quais crianças e mulheres. A partir daí Suplicy conversou com o secretário de Segurança Pública, Marco Vinício Petrelucci, com o secretário de Assuntos Penitenciários, Nagashi Fukuyama, e com o comandante da Polícia Militar. Foi informado de que, se os reféns não fossem libertados até as 6h30, a tropa de choque invadiria a penitenciária. O senador conversou então com o chefe dos agentes penitenciários, Jesus Rossi, e com lideranças dos detentos.



Eduardo Suplicy foi chamado de madrugada por um dos presos, que temia um massacre

Aos poucos, os presos foram liberando reféns ao longo da manhã de segunda-feira. À tarde, disse o senador, começou o trabalho de inspeção e desarmamento dos presidiários nas celas, mas ele foi impedido pelo governador Geraldo Alckmin de participar, devido aos riscos. Alckmin permitiu, no entanto, que o senador entrasse na penitenciária novamente depois da operação desarmamento, o que foi feito em com-

panhia dos deputados federais Fernando Gabeira (PV-RJ) e Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP).

Suplicy atendeu ao apelo de parentes de presos e pernitoou de segunda para terça-feira no Carandiru, de onde saiu na terça, às 18h. O senador visitou também o agente penitenciário Danta Gonçalves Jardim, que sofreu um enfarte no meio da rebelião e foi internado na Casa de Saúde Santana.

Alberto Silva sugere venda do Carandiru e construção de oito conjuntos penitenciários

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu ontem a venda do Complexo do Carandiru – cujo terreno valeria cerca de R\$ 100 milhões, segundo informou – e a construção de oito conjuntos penitenciários, separados, com mil detentos cada um, que custaria cerca de R\$ 70 milhões. Os novos presídios, disse o senador, deveriam ser construídos em local afastado da cidade e obedecer a condições humanitárias, para que não se tornem um meio propício “à criação de monstros”.

Alberto Silva, que é engenheiro e foi governador do seu estado, colocou-se à disposição do governo de São Paulo para buscar uma solução para o problema da penitenciária, ressaltando que hoje a engenharia é capaz de solucionar o caso em apenas quatro meses.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recordou que na gestão de Franco Montoro a desativação do Carandiru chegou



Para Alberto Silva, o Complexo do Carandiru “humilha os brasileiros”

a ser cogitada. Ele concordou com Alberto Silva sobre a necessidade de se atacar com urgência a questão da violência.

Alberto Silva observou que sua proposta tinha como objetivo resolver de imediato apenas o problema do Carandiru, para tirar a instituição prisional do noticiário internacional. Ele reafirmou sua posição de que o imóvel onde está

instalado o presídio deve ser utilizado para outros fins, construindo-se, em outro local, penitenciárias menores.

– Aquilo humilha os brasileiros, que observam a colocação de 30 a 40 homens dentro de uma cela – disse o senador, lembrando que, quando foi governador do Piauí, os presídios do estado tinham apenas duas pessoas por cela.

Mauro alerta para o caos que ameaça as grandes cidades

Ao alertar o país inteiro para o caos que ameaça as grandes cidades, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e a toda a sociedade para enfrentar esse problema antes que seja tarde. Ao Congresso ele pediu prioridade para a tramitação do projeto que cria o Estatuto das Cidades, aprovado no Senado há dez anos e esquecido na Câmara.

– É evidente que o texto precisará voltar ao Senado para adequação ao momento presente, bem mais grave do que em 1990 – disse.

Para Mauro, o inchaço da periferia das metrópoles constitui uma situação dramática, porque envolve o aumento vertiginoso da criminalidade, o desemprego de vastos contingentes de mão-de-obra, a miséria em massa e a desgregação social.

– Ninguém pode furtar-se à responsabilidade de salvar nossas cidades – alertou o senador.

Mauro Miranda fez seu apelo mais veemente ao presidente Fernando Henrique Cardoso, para que defina, o mais breve possível, uma política urbana para o país.

– É mais do que urgente, essa definição é emergencial, porque a de-



Mauro Miranda fez apelo a FHC para que defina política urbana

teriorização da situação de nossas metrópoles está chegando a um ponto em que passa a representar uma ameaça à integridade de todos. A própria segurança da nação está em jogo – advertiu.

Ele conclamou o governo a mobilizar sua base de sustentação no Congresso para acelerar a tramitação do estatuto. O senador entende que, com a definição das diretrizes gerais para a política de desenvolvimento urbano, o país estará melhor aparelhado para regular a ocupação e o parcelamento do solo.

Roberto Saturnino critica o esvaziamento da Finep

A iniciativa do governo de acabar com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e criar no seu lugar o Centro de Gestão Estratégica recebeu no plenário a condenação do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). A notícia foi dada pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*.

De acordo com Saturnino, o ministro afirma na entrevista que a idéia da criação do novo órgão é gastar os recursos de maneira conseqüente. Para o senador, essa afirmativa deixa subentendido que a ação da Finep tem sido inconseqüente. Criada na década de 60, observou o senador, a Finep tem uma história de sucesso jamais contestada. No entanto, acrescentou, de dois anos para cá a gestão do órgão, que faz a aplicação dos fundos destinados ao desenvolvimento tecnológico, vem recebendo críticas.

Para Roberto Saturnino, essa situação pode gerar o entendimento de que a iniciativa do go-



Roberto Saturnino diz que criar outra entidade, abandonando um patrimônio público, é desperdício

verno visaria demonstrar à nação que a Finep não tem competência. O senador argumentou que se deve trocar a gestão, se ela não corresponde às expectativas. Mas, em sua opinião, criar outra entidade, abandonando um patrimônio público, é desperdício de gastos, o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal.



Souto quer antecipar, no Senado, a discussão do projeto de lei enviado pelo governo

Souto sugere comissão para debater política de saneamento

O senador Paulo Souto (PFL-BA) sugeriu ontem a criação de uma comissão que possa antecipar o debate sobre o projeto de lei de iniciativa do governo que estabelece uma política de financiamento e as diretrizes para o setor de saneamento básico no Brasil.

— Existe um déficit de saneamento básico jamais visto nas cidades e que se reflete diretamente na saúde e na qualidade de vida da população — avaliou.

Paulo Souto disse que o projeto é extremamente abrangente e complexo, pois atinge todos os aspectos do setor. Por esse motivo, o senador não quer que aconteça o que costuma ocorrer com projetos encaminhados pelo governo ao Congresso Nacional: eles são discutidos por longo período

na Câmara e, quando enviados ao Senado, deixam de ser suficientemente debatidos porque os prazos já estão curtos. Além disso, explicou Paulo Souto, qualquer alteração obriga o retorno dos projetos à Câmara, ficando o Senado como culpado pelo atraso na aprovação das leis.

No mesmo discurso, Paulo Souto elogiou a matéria intitulada “Salve Salvador”, publicada pela revista *Época*, que aborda o turismo na capital baiana. Segundo o parlamentar, a revista mostra o progresso da cidade e, “de forma simpática”, revela também a “docilidade” do povo baiano. Paulo Souto credita o sucesso turístico de Salvador ao entrosamento entre o governador César Borges e o prefeito Antonio Imbassahy.

Projeto sobre favelas discrimina áreas metropolitanas, diz Hartung

Na qualidade de líder do PPS, o senador Paulo Hartung (ES) protestou contra o projeto do governo destinando R\$ 700 milhões para a urbanização de favelas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, por considerá-lo discriminatório em relação às demais áreas metropolitanas do país. O senador citou, em especial, a Grande Vitória, Belo Horizonte, Recife, Curitiba, Porto Alegre, a Grande Manaus e regiões das Baixadas Santista e Fluminense, onde, afirmou, os problemas sociais e de urbanização são igualmente grandes.

— Depois de anos de abandono, o projeto tímido mostra que o governo perdeu de vista o bonde da história, quando o assunto é o social e o urbano — afirmou Hartung, observando que não se apresentou qualquer critério justo para explicar sua seleção de apenas três cidades.

O quadro de abandono das periferias, segundo o senador, é uniforme e exige uma ação governamental conjunta, coordenada, mobili-



Hartung cobra ação contra os problemas de urbanização, que atingem todas as capitais

zando governos estaduais e prefeituras, destacou.

Hartung lembrou que o Brasil tem mais de 100 milhões de cidadãos morando em centros urbanos e convivendo com problemas como falta de transporte público, segurança e saneamento básico. Para ele, somente um programa de urbanização discutido com os três níveis de governo e, principalmente, com o Senado pode resultar em projetos viáveis e na aprovação de propostas que já estão em discussão.

Arruda: escola conectada à Internet revoluciona ensino

Senador afirma que recursos do Fust, cuja criação o Senado aprovou no ano passado, garantirão computadores na rede pública

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) registrou ontem a inauguração, na última segunda-feira, do primeiro serviço informatizado em uma escola pública técnica brasileira, com recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust). A inauguração, em Sinop, Mato Grosso, contou com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Arruda lembrou que o Fust, constituído pela contribuição das empresas privadas que operam o serviço de telefonia no Brasil, foi aprovado no Senado, inclusive com o apoio da oposição, após intensas negociações. O Fust dispõe de recursos de cerca de R\$ 800 milhões, e tem por principal finalidade viabilizar a informatização das escolas brasileiras e a universalização dos serviços de telecomunicações, com a instalação,



Para Arruda, objetivo é reduzir distância entre os tempos de globalização e as pessoas que não tiveram acesso ao ensino

por exemplo, de telefones públicos em comunidades com menos de cem habitantes.

A meta, afirmou o senador, é utilizar recursos do Fust para colocar terminais de computador ligados à Internet à disposição

dos alunos de 13,2 mil escolas de ensino médio e técnico em todo o país, com operação gratuita e orientação de professores e monitores.

— Isso significa que os estudantes poderão conectar-se, na sua escola, à rede mundial de informações e desfrutar de todos os serviços da Internet, o que será um atalho no caminho da educação, para reduzir as distâncias entre os cidadãos brasileiros que não tiveram acesso à educação e o novo tempo da globalização e da informação — frisou.

O senador afirmou que o programa do governo significará uma revolução no ensino, ressaltando que o Senado, ao aprovar a criação do Fust, foi o responsável por esse projeto.

Jefferson Péres cobra reajuste de salários para servidores públicos

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) anunciou que a liderança do PDT na Câmara dos Deputados está encaminhando ao Poder Executivo uma solicitação para que passe a ser cumprido o inciso 10 do artigo 37 da Constituição federal, que determina a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos. Ele lembrou que há alguns meses o seu partido deu entrada em uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) exigindo o cumprimento do dispositivo, mas ainda não houve o julgamento.

Além de fazer essa exigência de cumprimento de uma determinação constitucional, Jefferson Péres acrescentou que o PDT encaminhou ao Executivo um estudo realizado pela assessoria do partido mostrando que no período entre 1995 e 2001 as perdas salariais dos servidores públicos federais foram de 70%.

Mesmo registrando que algumas categorias — como os militares e segmentos dos servidores civis — conseguiram reajuste, Jefferson salientou que a maioria do fun-



Jefferson Péres cita estudo do PDT mostrando que perdas salariais dos servidores foram de 70% entre 1995 e 2001

cionalismo federal está com seus vencimentos praticamente congelados desde o lançamento do Plano Real. Ele destacou que as despesas da União com pessoal estão abaixo do limite estabelecido pela Lei Camata e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Usando dados do próprio Executivo, Jefferson Péres observou que os gastos da União com pessoal e encargos representavam, em 1996, 47,5% de sua receita líquida, enquanto hoje a previsão para o atual exercício é de que esse percentual caia para 37,45%.

Ele também disse que o governo federal gasta com o funcionalismo R\$ 59,5 bilhões, mas poderia gastar até R\$ 79 bilhões e continuaria cumprindo o que determina a legislação.

— Todos sabemos que não há cura indolor para a inflação, que existe um custo para se conseguir a estabilidade monetária, mas no Brasil esses custos foram muito mal distribuídos — a carga mais pesada caiu sobre os ombros dos assalariados, e em particular dos servidores federais — afirmou Jefferson Péres.